

# **ÉTICA AMBIENTAL: PREMISSAS PARA UMA ESTRATÉGIA AMBIENTAL EMPRESARIAL**

***Sergio Gozzi***

*Professor Doutor da FEA-USP e Professor Titular da FEA-PUC-SP*

***Orlando Roque da Silva***

*Professor Doutor do Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE e Diretor Acadêmico da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque*

## **SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO
2. SEPARANDO A FILOSOFIA MORAL DA ÉTICA AMBIENTAL
3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE
4. POR UMA ÉTICA AMBIENTAL EMPRESARIAL
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## **RESUMO**

O presente artigo aborda as considerações éticas, morais, decorrentes das ações humanas sobre meio ambiente. Faz um breve percurso pelas várias linhas do pensamento filosófico, de modo a preparar o terreno para uma discussão mais profunda e consistente dos atuais problemas éticos que afligem as grandes corporações e seus executivos, no que tange à responsabilidade quanto a preservação ambiental e a extinção das espécies, até mesmo da nossa própria extinção.

**Palavras-Chave:** ética ambiental, desenvolvimento sustentável, estratégia ambiental

## INTRODUÇÃO

No papel, o mundo é governado por Estados soberanos. Na realidade, milhões de pessoas vivem em um vazio político no qual a autoridade do Estado é mínima, ou mesmo inexistente: guetos urbanos sem administração, comunidades rurais esquecidas e o mais trágico, um número crescente de zonas do planeta onde o Estado sucumbiu. A progressão do “caos” surge como uma ameaça à segurança do mundo, favorecendo um Estado de não-direito, o crime organizado, o reino dos senhores da guerra, crises humanitárias e epidemias descontroladas. De fato, essa crise da governança está na origem de muitos dos males do subdesenvolvimento e da criminalidade que freqüentemente vitimam os mais pobres (Menkhaus, 2001).

Não raro, essas “zonas cinzentas” na geopolítica mundial, são possuidoras de um vasto estoque de riquezas naturais, sejam em seus subsolos, sejam em sua biodiversidade, atraindo o interesse de grandes corporações internacionais, que passam a exercer uma espécie de “governo paralelo”, espoliando e degradando o ambiente sem a menor das preocupações, como se a ética ambiental não passasse de uma simples abstração de acadêmicos. Exemplos de multinacionais do setor químico e petrolífero atuando em países como Nigéria e Brasil não faltam. Mas o quê está faltando para que a variável ambiental se instale em definitivo nos planos de negócios das empresas, da empresa individual até as grandes corporações multinacionais?

Pode parecer paradoxal mas o desenvolvimento mais significativo no pensamento estratégico nos últimos quinze anos foi justamente a introdução do conceito de "sustentabilidade" e "desenvolvimento sustentável" no rol das discussões empresariais. Atualmente assistimos a uma avalanche de mudanças e crescentes expectativas dos gestores das organizações no sentido de um agir e de um posicionamento mais rígido nos aspectos éticos, institucionais e ambientais. A questão ambiental deixou de ser um modismo ou mesmo uma preocupação passageira para fazer parte integrante das políticas organizacionais (Andrade, 2000).

Embora a preocupação com os problemas ambientais resultantes dos processos de crescimento e desenvolvimento tenha ocorrido de forma lenta e bastante diferenciada entre entidades da sociedade civil, organizações internacionais, governos, indivíduos e os diversos outros agentes (Barbieri, 2001), a discussão sobre a preservação dos recursos naturais do planeta nunca teve um alcance tão completo. A consciência da preservação da natureza transcende as "organizações verdes" e atingem todos os segmentos da sociedade. Neste sentido surgiu a proliferação de selos verdes, a ISO 14000, entre outros, desenvolvidos com a intenção de proteger a natureza e, dentro da chamada proposta do "desenvolvimento sustentável", foram instituídos por vários países, na tentativa de proteger os respectivos mercados. Porém, a questão ambiental dentro da proposta de desenvolvimento sustentável é complexa e merece uma abordagem mais abrangente.

A preservação do meio ambiente converteu-se em um dos fatores de maior influência dos anos 90, principalmente nas empresas de produção de bens de consumo e de capital intensivo (CMMAD, 1991). A preocupação com o meio ambiente deixa de representar uma postura exclusiva de proteção para tornar-se também uma variável de importância significativa na gestão dos negócios no mundo atual. A inclusão da variável ambiental entre os objetivos da administração amplia substancialmente todo o conceito de gestão (Donaire, 1994).

Porém, para que a árvore de sustentabilidade continue crescendo, a comunidade de negócio precisará cuidar de sua alimentação com uma dieta rica em nutrientes como a ecologia industrial, a avaliação de ciclo da vida, o combate à poluição, a gestão da cadeia de valor, etc. Sistemas de gestão ambiental, como a ISO 14000 e o *Environmental Global Report*, fornecem

diretrizes que permitem que estes nutrientes sejam transferidos e absorvidos. A adição destes dois conceitos para o idioma dos negócios está permitindo que as empresas desenvolvam uma consciência ética suficiente para olhar para seus produtos e operações pelo viés da gestão ambiental. Não é só o fator econômico a razão exclusiva para um negócio existir. Existe um conjunto de outros fatores: justiça social, ambiente, equidade e ética. Sem estes fatores para equilibrar a balança econômica tradicional, o prato inteiro da existência humana romper-se-ia em fragmentos irrecuperáveis.

A dimensão ética é central no modo de fazer negócio de uma maneira consistente com desenvolvimento sustentável (Vandevier, 1993). Entendemos que os assuntos sociais e ambientais são na verdade um subconjunto da ética de negócios. Tradicionalmente, a ética de negócios era freqüentemente vista como um tópico que merecia pouca atenção e não era relevante no dia-a-dia dos negócios, onde a ênfase estava freqüentemente na maximização dos lucros, sem ser publicamente anti-social. Na década de noventa, as economias ocidentais e de alguns países em desenvolvimento do leste asiático começaram a exigir dos executivos uma postura mais responsável, aberta e transparente para com a sociedade e para com o meio ambiente. Mas estes se viam despreparados para um agir em consonância com a nova realidade ambiental.

Não se pode menosprezar a força persuasiva dos argumentos empregados em defesa do capital. Aqueles que lutam por um "crescimento constante", "desenvolvimento econômico" e "a subjugação de natureza" defendem ferreamente suas atitudes e convicções. Estas convicções e atitudes relativas ao lugar que o homem ocupa no mundo natural estão profundamente entrelaçados no tecido de nossa cultura que a maioria das pessoas aceitem esses posicionamentos sem críticas e até mesmo inconscientemente. Quais convicções e atitudes tem dominado o pensamento no mundo dos negócios? Basicamente são convicções e atitudes que assumem o significado de uma espécie, *homo sapiens*, na comunidade natural, como sendo a dominadora, e afirma o direito que esta espécie tem para impor seu lugar como proprietária do mundo natural. É um ponto de vista que não só restringe os interesses dos membros da espécie humana como também pode limitar as condições e qualidade de vida para as próximas gerações.

Se somos da opinião que esta visão centrada no homem, antropocêntrica, é míope, imprópria e enganadora, o que devemos fazer para defender essa opinião? Qual deve ser a responsabilidade do homem para com a natureza? Estamos preparados para explicar e defender um posicionamento ético para o meio ambiente?

Para que possamos dar respostas coerentes a estas indagações se faz necessário ter como base algumas premissas e abordagens filosóficas radicalmente diferentes daquelas a que estamos acostumados no que se refere ao trato com a natureza.

## **1. Separando a Filosofia Moral da Ética Ambiental**

Quando refletimos acerca de um determinado problema e encontramos uma solução para ele, logo partimos em busca de novos problemas e da próxima pergunta. Como pensadores procuramos analisar, com profundidade, conceitos e suposições que formam o *status quo* para então disparar uma verdadeira rajada de perguntas. O que você quer dizer com isto? Como chegou a essa conclusão? Porque deve ser assim? Quais os desdobramentos dessa afirmação? E, o que causa maior desconforto, Por que eu ou alguém deveria acreditar nisto? Nosso trabalho é perguntar, principalmente perguntas, não respondê-las, é afligir e não confortar o afligido.

Freqüentemente tem resultado em fracasso as tentativas dos filósofos em despertar as pessoas de seus sonos dogmáticos (Kant, 1974). Já as tentativas de ativar o pensamento tem resultado em sucesso. Sócrates foi um mestre nesse sentido. Dentro do campo da filosofia é a ética e filosofia moral que se preocupam com o estudo filosófico dos valores, do bem e do mal. A ética lida com conceitos gerais como obrigação, justiça, propriedade, deveres, virtude, beneficência, etc. A filosofia moral, em geral, com a avaliação de atos pessoais, conduta, motivação e política. A instituição da moralidade é social em sua origem e orientação e essencialmente sistêmica. Como os sistemas econômicos, os códigos morais evoluem dentro de um ambiente marcado por competição por bens escassos, serviços, satisfações de interesses pessoais e segurança e cooperação para ganhar e aumentar o bem-estar e a segurança mútua. Deste modo a filosofia moral descreve e prescreve constrangimentos e liberdades, deveres e propriedade, regula a vida social de forma que todos podem contribuir para a justa maximização de benefícios e satisfações de cada um (Novaes, 1999).

O conceito de “indivíduo” é central na filosofia moral. Os critérios que identificam esse conceito ainda é motivo de intermináveis discussões em congressos e colóquios acadêmicos. No entanto, para muitos filósofos morais alguns critérios<sup>1</sup> fazem parte de um consenso. São eles:

- ▶ Habilidade de sentir dor e expressá-la
- ▶ Consciência de objetos e eventos externos
- ▶ Habilidade de resolver problemas
- ▶ Atividade auto-motivada
- ▶ Capacidade de comunicar-se através do uso de um sistema completo, sintáticos de símbolos significante (i.e., um idioma)
- ▶ Ter o conceito de si mesmo como um ser único que evolui através de tempo
- ▶ Ter a capacidade de analisar e escolher alternativas e possibilidades para o futuro
- ▶ Ter a capacidade de agir com base em princípios e governar seu próprio comportamento de acordo com regras
- ▶ Reconhecer a individualidade de outros seres

Para a filosofia moral, esses critérios são cruciais na definição do que seja um “indivíduo moralmente responsável”. Como os “indivíduos” que conhecemos que satisfazem a esses critérios são seres humanos, existe uma tendência de utilizarmos o termo “indivíduo” como sinônimo de ser humano.

A distinção entre “indivíduo”, um conceito moral, e ser humano, um conceito biológico, pode ser prontamente evidenciada citando casos contrários. Os primatas podem ser identificados como “indivíduos”, embora isto não seja tão evidente para a maioria dos seres humanos. Por outro lado, um ser humano com o cérebro severamente danificado ou irrevogavelmente letárgico não seja “indivíduo”, segundo os critérios definidos anteriormente.

A pergunta se um ser é ou não é um “indivíduo” é o ponto fundamental contra nossa conduta moral. Os indivíduos tem dignidade, merecem respeito, assumem deveres e responsabilidades. Deste modo, se nós identificarmos os golfinhos como indivíduos, nossas atitudes em relação a eles seriam completamente diferente da atual, exigiríamos, por lei, que os pescadores de atum fossem muito mais cuidadosos com a segurança “pessoal” dos golfinhos. O vocabulário e a racionalidade da filosofia moral tem sido tradicionalmente aplicado à comunidade de seres

---

<sup>1</sup> As cinco primeiras características foram adaptadas do artigo de Mary Anne Warrens intitulado *On the moral and legal status of abortion*, The Monist, n. 57, jan., 1973, p. 55.

humanos. Deste modo a tentativa para estender contextos de investigação éticos além dos humanos para comunidades de seres não-humanos introduz sérios problemas conceituais e metodológicos. O moralista ecológico que ignora estes problemas, corre o risco de trivializar e até invalidar sua teoria moral. O conceito de “indivíduo” lidera diretamente a distinção entre valor moral e não moral. Um "valor moral" é um valor que reflete no valor de um indivíduo (ou, em outras palavras, é "virtude moral"). Uma "ato moralmente bom" é um ato que é iniciado por um testamento pessoal meritório. O termo "valor não moral" aplica para qualquer outra coisa que pode variar daquilo que chamamos de bom até o que chamamos de mal. Assim, aquilo que podemos chamar de "não moral" pode ser aplicado à preços (de bens ou serviços), à beleza (de objetos de arte ou paisagens), à funções (de máquinas), à viabilidade (de espécie ou organismos), à estabilidade (de sociedades ou ecossistemas), e até mesmo à prazeres, se bem que aqui há algumas controvérsias.

Se a filosofia moral é um ramo da filosofia que lida com valores em geral e a ética é uma subdivisão da filosofia moral, preocupada com os valores morais e como os valores não morais se relacionam com os valores morais, qual é o objeto de estudo da ética ambiental?

A ética ambiental está preocupada com a conduta dos indivíduos responsáveis com respeito a paisagens naturais, recursos, espécies, e organismos não humanos. A conduta dos seres humanos é preocupação direta da filosofia moral como tal. A ética, no sentido exato, "ambiental" poderia incluir, em seu escopo, perguntas referentes a ambientes artificiais, mas tal interpretação não é diretamente nossa preocupação, e nós iremos deste modo limitar nossa atenção para assuntos de significado moral relativo a ambientes naturais.

Até recentemente nossos efeitos no ambiente natural eram considerados como moralmente neutros já que assumimos que a natureza era impessoal e muito vasta para ser afetada por nossas intervenções, ou então, nosso conhecimento sobre a natureza era muito limitado, o que nos impossibilitava de prever o resultado dos danos causados a médio e longo prazo. Agora que nosso conhecimento tem se ampliado, sabemos que podemos causar danos graves e permanentes ao meio ambiente, mais ainda, sabemos também como podemos evitar esses danos e como recuperar danos causados. Este conhecimento que temos nos impõe uma obrigação moral de agir com cuidado, previsão e, às vezes, com paciência e constrangimento. Em nossos procedimentos com o ambiente natural, nós somos, em resumo, chamados a agir, refletir, alterar cursos de ação ou até mesmo interromper algumas ações, em outras palavras, devemos responder moralmente por nossas ações (Callicott, 1999).

A ética ambiental, então, pode tratar, entre outros, dos seguintes assuntos: Por que se importar com natureza quando só as pessoas "importam"? Se negarmos isto "só as pessoas importam," como podemos defender esta negação? Afinal, se ninguém se importa com o meio ambiente, que diferença faz fazer se uma espécie, um rio, uma floresta, ou até um planeta for destruído? Se as pessoas preferem destruir elementos e paisagens naturais, então porque se preocupar? Por que não? Quando uma espécie ou uma floresta ou mesmo um deserto são destruídos, o que, de valor, é perdido para a humanidade? O que as gerações futuras "perderam" com o que "tiramos deles"? Como eles poderão avaliar se nunca saberão o que de fato "perderam"? As árvores devem ter amparo legal? Em que base, senão para causa da humanidade? Ser proprietário de terras tem sentido moral, ou isto é um conceito moralmente absurdo e repugnante como os nativos americanos reivindicam? Os seres humanos necessitam tanto da natureza a ponto de implicar numa obrigação para preservá-la? Existem evidências que corrobore? O que são as bases que justifiquem a necessidade de proteger o meio ambiente? São racionais? Irracionais? Místicas? Teológicas? O que, basicamente, está errado com o pensamento ético antropocêntrico e utilitário? Por que não podemos tratar a terra como um "artigo" em lugar de uma "comunidade"? As gerações futuras, que afinal ainda não existem,

tem o direito de receber um meio ambiente limpo e natural quando nascerem, mesmo que isto represente um ônus para a atual geração? O homem pode “melhorar” a natureza? Como? O que constitui essa “melhoria”? Podemos recriar espécies naturalmente extintas como os dinossauros? Os seres humanos são psicologicamente capazes de cuidar da natureza das gerações futuras? Se temos essa capacidade, somos moralmente obrigados a fazer isto?

## **2. Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente**

A idéia de racionalizar o uso e a gestão dos recursos naturais está na base das economias dos territórios e é tão antiga quanto os primeiros assentamentos humanos. Mas de um ponto de vista absoluto, estes recursos não existem, unicamente são utilizados com relação a certo nível de desenvolvimento técnico e a situação geográfica do espaço. Os elementos naturais que compõem um território tem valor como recursos em função de sua utilização como excedente por uma sociedade numa determinada época.

Quando a questão é conservar a natureza, o sistema econômico implica resolver como os recursos naturais devem ser valorizados também por sua não-utilização. Talvez o primeiro a apresentar esta questão do desenvolvimento capitalista tenha sido Meadows, ao enviar em 1973 seu famoso informe a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano. O autor elaborou um modelo para analisar a taxa de esgotamento dos recursos naturais em função da crescente exploração humana, e prognosticou que aproximadamente no século XXIV estes recursos em todo o mundo chegariam a um esgotamento total (Meadows, 1978).

Este prognóstico despertou grande interesse por parte da sociedade civil, principalmente nos países industrializados que, na década de 70 experimentaram um grande aumento nas demandas de qualidade de vida e valores pós-materialistas, incluindo a consciência dos riscos a longo prazo pelo agravamento dos desequilíbrios ambientais no globo terrestre e por diversos alertas sobre possíveis mudanças globais na atmosfera e no clima.

Meadows, para formular seu modelo, separou os recursos naturais em dois blocos: os renováveis e os não-renováveis. Estes últimos não podem ser utilizados sem esgotamento total, como no caso dos combustíveis fósseis. As reservas totais são fixas, existe um limite a sua utilização acumulativa. Outros recursos, como as terras agrárias e os recursos pesqueiros podem renovar-se até um certo limite marginal imposto pela segunda lei da termodinâmica. Ele e os teóricos que lhe seguiram observaram a necessidade de determinar a produtividade máxima sustentável. Em tese o crescimento poderia deter-se neste ponto e a produtividade permanecer indefinidamente no mesmo nível, sem trazer nenhuma restrição ambiental às futuras gerações (Meadows, 1978).

Introduzir a conservação dos recursos naturais no debate econômico foi um esforço inovador, já que prevalecia desde a tradição neoclássica até a marxista, a suposição que, através da acumulação de capital e do progresso técnico, o crescimento econômico poderia continuar indefinidamente.

Todavia a solução da produtividade máxima sustentável se mostrava atraente para a questão do esgotamento dos recursos, o movimento ambientalista estava longe de um consenso, posto que a determinação de uns limites concretos é contraditória com as opções de racionalidade do desenvolvimento econômico clássico, que pregava o crescimento ilimitado da oferta de bens e consumo: a eficiência e a equidade.

Parte dos ambientalistas se lançou ao debate denunciando a incompatibilidade insuperável entre o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente a longo prazo, o que poria

a humanidade numa encruzilhada para formular uma nova racionalidade para o desenvolvimento. Esta tese foi primeiro sintetizada por Herman Daly, em 1973, com a publicação da teoria da economia do estado estacionário (Daly, 1989).

Por estado estacionário se entende um estoque constante de riqueza física (capital) e um estoque constante de população. Como consequência, os estoques devem manter-se com um índice de entradas (nascimentos, produção) igual ao índice de saídas (mortes, consumo). Esta teoria ao invés de partir da premissa que a eficiência do sistema está na alocação dos recursos materiais e sua distribuição, ela se fundamenta na capacidade de suporte da terra. As decisões econômicas só seriam eticamente justas do ponto de vista da conservação dos recursos do planeta para as gerações futuras. O processo de desenvolvimento, portanto, tenderia a submeter as relações do sistema social às leis de funcionamento do sistema natural.

Obviamente, a economia do estado estacionário foi amplamente rejeitada principalmente pelos países do terceiro mundo, onde a obsessão pelo crescimento econômico era sinônimo de desenvolvimento. Nas conferências internacionais, as representações diplomáticas dos países subdesenvolvidos rejeitavam qualquer proposta que buscasse restringir o crescimento. Já os países industrializados tratavam de olhar para o futuro, buscando enfatizar em seu discurso a preocupação com o processo de desenvolvimento que estava por acontecer (em uma clara alusão às responsabilidades dos países pobres) e evitando repensar o que já estava feito.

As teses em favor de um crescimento econômico sustentável surgiram a partir da realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987, quando se proclamou a necessidade de convergência das nações até um processo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental. No mesmo ano, as agências financiadoras para a cooperação internacional se adiantaram em defender que o caminho para se chegar a sustentabilidade deveria basear-se no princípio da eficiência produtiva. Como exemplo podemos destacar o Banco Mundial, que no mesmo ano de 1987 anunciou a criação de um Departamento Ambiental, prometendo incrementar as linhas de financiamento nesta área. Em seu discurso, sobressai um argumento liberal francamente favorável ao crescimento econômico, afirmando que as dificuldades para promover um desenvolvimento sustentável não resultam das ações privadas mas sim de distorções causadas por políticas setoriais como as de preços e subsídios, de impostos sobre a terra e de crédito, que afetariam indiretamente a taxa de degradação ambiental.

Outra tese também favorável ao crescimento econômico sustentável foi formulada pela CEPAL, em princípios dos anos noventa, cuja premissa é não destruir os recursos nos quais se baseia o progresso. A agência entende que o desenvolvimento sustentável não deve ser entendido como um obstáculo para os propósitos da transformação produtiva, por entender que as ações em progresso técnico devem assimilar os custos derivados da proteção ao meio ambiente, o que, em princípio, não implicaria limites físicos ao aumento da produtividade. Não obstante, sua aposta difere explicitamente da do Banco Mundial por predizer que o desenvolvimento só pode ser sustentável mediante o aumento da igualdade territorial e social. Nesta perspectiva, é imperioso que os Estados assumam o papel de promotor de políticas distributivas e redistributivas tanto social como territorial com objetivo de melhorar o "status" político da sociedade civil e a oferta de emprego e reduzir a pobreza e os usos inadequados do meio ambiente.

### **3. Por uma Ética Ambiental Empresarial**

O mundo dos negócios não oferece uma direção clara no sentido de encontrar e justificar um código de conduta para as ações ambientais, ou deveríamos dizer, para as intervenções

humanas no meio ambiente natural. Conseqüentemente, não podemos achar que seja possível derivar um moral coerente com os princípios da ética ambiental. Do ponto de vista ecológico, tal moral para o meio ambiente terá que desafiar três tradições básicas:

#### 4.1. Análise Reducionista

Estamos acostumados, através de nossas tradições eruditas, a transitar do conhecimento firmado e reconhecido até as conjecturas incertas e inseguras. Nós adquirimos nosso conhecimento passo a passo, parte por parte, aos pedaços e vamos acumulando esses pedaços de conhecimento até que um todo surja das partes. A partir de tal tradição, é fácil concluir porque entendermos algo ou porque resolvemos um problema primeiro identificando as partes e então suas regras de combinação. A abordagem de identificar as partes a fim de compreender o todo é o que chamamos de análise reducionista. O pensamento reducionista ainda é muito forte nas organizações com seus centros de negócios, diretorias, departamentos e seções. O ponto de vista ecológico, no entanto, inverte esta abordagem. O ecólogo sugere: pegue o todo, pense como uma montanha, e então o todo explicará as partes. Mas não podemos abandonar a análise em favor do *holismo*. Tal atitude pode limitar nossa compreensão. Um físico reconhece a necessidade de se obter um equilíbrio dinâmico entre a apreensão e a aplicação das partes e do todo, tanto na teoria científica como na prática.

#### 4.2. Antropocentrismo

Em geral, somos compelidos a definir uma escala de valores tendo o homem como centro do esquema conceitual de coisas. Deste modo atos ou estratégias são vistos como "bons" se eles beneficiarem indivíduos ou comunidades humanas. Uma visão mais generosa incluiria o não-humano, no entanto eles figuram apenas como simples criaturas nos subúrbios de nossa preocupação moral. Por outro lado, outras teorias morais identificam como "bons" aqueles atos e estratégias motivados pelo respeito à "dignidade individual". Os seres não-humanos e a natureza propriamente dita não compartilham tal "dignidade." O moralista ecológico, pelo contrário, é mais propenso a ver a humanidade não no centro do universo moral mas como um ingrediente, presumivelmente um ingrediente necessário, no reino da moralidade, particularmente no que diz respeito à responsabilidade para com a natureza. A ética antropocêntrica está intimamente associada ao paradigma mecanicista. A idéia aristotélica da natureza como algo vivo e animado, na qual as espécies procuram realizar seus fins naturais, é substituída pela idéia de uma natureza sem vida e mecânica.

#### 4.3. A Perspectiva de Egocêntrico

O método de "análise reducionista" lidera "o ponto de vista do egocêntrico". Seguindo uma tradição filosófica endossada e exemplificada por Hume e Descartes, muitos filósofos insistiam que a investigação filosófica deveria iniciar-se com dados "consistentes" e "confirmados" oriundos da experiência e da consciência imediata, para, então, sair cautelosamente e deliberadamente em busca de conjecturas. O mundo empresarial segue linhas análogas. Na concepção de um novo produto, por exemplo, parte-se de uma pesquisa de mercado para obtenção de dados confiáveis sobre comportamento do consumidor, análise da concorrência, conjuntura econômica para daí então conjecturar sobre uma possível mudança no gosto do consumidor ou sobre a entrada de um novo competidor. Não é difícil de entender por que, em tal tradição, a pergunta sobre a responsabilidade moral do homem para com a natureza seja completamente negligenciada. O ecólogo, como nós bem conhecemos,



concebe a "natureza" como um sistema complexo de interação das partes. Tal conceito está fora do alcance de uma metodologia que "começa" com a "experiência e consciência subjetiva" imediata. Deste modo o método analítico preferido por muitos homens de negócios, em suas maneiras preferidas de fazer o trabalho, os manteve longe das perguntas sobre ética ambiental. Além disso, colocando a humanidade no centro das preocupações empresariais, muitos executivos assumiram, equivocadamente, que a humanidade também estava no centro da natureza. O moralista ecológico adota uma perspectiva diferente, o homem não é o mestre e senhor da natureza mas apenas um membro dessa comunidade.

Devido a falta de um código de conduta para as ações ambientais e considerando as três tradições teóricas (análise reducionista, antropocentrismo e perspectiva egocêntrica), as intervenções humanas no meio ambiente natural, sobretudo às de caráter empresarial levaram ao surgimento de graves problemas ético-ambientais no mundo corporativo. A título de exemplo destacamos três dos principais problemas com implicações empresariais, são eles: a agricultura cujos problemas éticos enfrentados vão desde o desmatamento da área natural para a prática agrícola até o uso de sementes transgênicas, passando pelo uso de herbicidas e pesticidas; a poluição atmosférica aqui entendida não apenas como responsável pela qualidade do ar que respiramos mas como uma das principais responsáveis pela mudança climática global, gerando problemas éticos que transcendem as fronteiras geográficas, transferindo as discussões para os fóruns mundiais; a destruição de florestas nativas cujo primeiro e mais óbvio dos problemas causados é a redução da biodiversidade mas que também agrava o problema anterior por conta do "seqüestro" de carbono. Aliás, ações empresariais visando reflorestamento para "seqüestro" de carbono tem surgido motivadas principalmente por aspectos técnicos e econômicos e não por uma preocupação com a destruição de florestas.

Além dos problemas éticos apresentados, poderíamos elencar diversos outros relacionados com a engenharia genética, a caça e a pesca, o crescimento populacional, a proliferação de armas e usinas nucleares e até mesmo a atividade turística, que implicam na redução da capacidade de suporte do sistema global e uma redução das possibilidades para as futuras gerações (Figueiredo, 1997). A própria questão energética também abre espaço para discussões no âmbito da ética ambiental. Aqui no Brasil assistimos a inúmeros debates sobre a construção de termoeletricas movidas pelo gás oriundo da Bolívia. Até que ponto realmente necessitamos "poluir" a matriz energética nacional, onde predomina a energia hidroelétrica? Estamos sendo levados por razões pautadas pelos princípios do desenvolvimento sustentável ou trata-se de "manobras" políticas com alto custo para o meio ambiente e social?

Todos esses problemas ambientais exigem para sua solução, por parte do empresariado, que suas empresas sejam gerenciadas de maneira *holística*, integrando os princípios da ética ambiental nas estratégias e planos de negócios.

#### **4. Considerações Finais**

O percurso que fizemos até aqui, passando pela sobreposição progressiva do conceito de ética, moral, desenvolvimento econômico e outros, permite que façamos uma pergunta que é a síntese de tudo que abordamos. Por que a ética ambiental e porque agora? Porque nós não podemos ser omissos, ignorar o tema para não ter que tomar decisões sobre assuntos de ética ambiental a favor da manutenção do *status quo* e a favor de empresas predadoras. Nosso pobre, danificado, saqueado e poluído planeta não poderá suportar por muito tempo que as corporações continuem dilapidando o patrimônio natural, impunemente. Nos últimos dois séculos avançamos muito na compreensão do mundo natural, no entendimento das relações sistêmicas que se processam, na teia da vida, como diria Capra (1996). O crescimento explosivo do conhecimento científico, seguido por um crescimento paralelo em ingenuidade

técnica, criou uma “explosão” de problemas morais, alguns sem precedente em história humana.

A ética é uma preocupação humana muito antiga, mas a ética ambiental é nova. Devido ao dramático crescimento do conhecimento em ciência e tecnologia, não é difícil ver por que isto aconteceu. A ética lida com o reino do imaginário humano, administra o que cai entre o impossível e o inevitável, isto é, dentro dos limites de capacidade das escolhas humanas. E agora cabe às corporações adquirirem competências para a tomada de decisões frente à problemas nunca antes enfrentados, pois elas estarão face a face com escolhas nunca contempladas em seus milhares de planos estratégicos ou nas inúmeras decisões de negócios. Estas escolhas incluem nascimento, vida, e morte para nossa espécie e para a natureza em seu todo, são elas que estarão mudando radicalmente a paisagem viva para sempre. É um processo irreversível.

A ética ambiental é um tema atual, dinâmico, impactante, que envolve escolhas morais de capital importância sobre o que podemos fazer e, até mais, o que devemos fazer. Nossa responsabilidade moral para com a natureza e para com o futuro é de uma urgência sem precedente, é uma responsabilidade da qual não podemos escapar. Acrescenta-se, ainda, que a expressão mais visível da deterioração progressiva dos ecossistemas do planeta, com efeitos no interior dos sistemas sociais se traduzem na dificuldade cada vez maior de garantir a sustentabilidade da produção e manutenção de níveis mínimos da qualidade de vida. Todas as culturas se geram a partir de condições muito concretas, no lugar e tempo específicos em um ecossistema. Este é um movimento permanente na história. O grande problema reside no fato de se perceber um colapso local e ao mesmo tempo planetário, no sentido de que a cultura da sociedade industrial, baseada no consumo desenfreado e no produtivismo, tem ocupado todos os espaços do planeta, submetendo todas as culturas a esse modelo, envolvendo-as num choque cultural. Em nossas mãos, antes descuidadas, repousa o destino de nosso meio ambiente natural, das espécies que partilham o planeta conosco, e das gerações que estão por vir.

## 5. Referências Bibliográficas

- ANDRADE, R.O.B., TACHIZAWA, T., CARVALHO, A.B. *Gestão ambiental – Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Makron Books, 2000
- BARBIERI, J.C. *Desenvolvimento e meio ambiente*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CALLICOTT, J.B. *Beyond the land ethic*. New York: State University of New York Press, 1999
- CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991
- DALY, H.E. *Economía, ecología, ética: ensaios hacia economía en estado estacionário*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. *Revista de Administração da Fundação Getúlio Vargas*, v.34, n.2, p.68-77, mar./abr., 1994.

- FIGUEIREDO, P.J.M. *The brazilian environmental debate: conceptual elements and controversial questions*. Texto produzido na University of Georgia -UGA, 1997
- KANT, I. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974
- MEADOWS, D.H. et al. *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MENKHAUS, K. *Estados “fictícios”, mas indispensáveis*. O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, ano 29, n.4, p.1-17, abr., 2001.
- NOVAES, A. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999
- VANDEVEER, D. & PIERCE, C. *The environmental ethics and policy book*; Philosophy, ecology, economics. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1993. 649 p.